

SIMULADO ESPECIAL

PC AP

Oficial Investigador de Polícia

Caderno de Prova

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

1. *Este simulado conta com questões focadas para o concurso **PC-AP**;*
2. *A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;*
3. *As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;*
4. *A participação no ranking classificatório só será permitida até o horário de liberação do gabarito;*

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

https://forms.gle/pxFsuSH7Ms4EPMqD7

01 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	17 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	33 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	49 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	65 - ⒶⒷⒸⒹⒺ
02 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	18 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	34 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	50 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	66 - ⒶⒷⒸⒹⒺ
03 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	19 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	35 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	51 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	67 - ⒶⒷⒸⒹⒺ
04 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	20 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	36 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	52 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	68 - ⒶⒷⒸⒹⒺ
05 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	21 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	37 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	53 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	69 - ⒶⒷⒸⒹⒺ
06 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	22 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	38 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	54 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	70 - ⒶⒷⒸⒹⒺ
07 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	23 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	39 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	55 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	71 - ⒶⒷⒸⒹⒺ
08 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	24 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	40 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	56 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	72 - ⒶⒷⒸⒹⒺ
09 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	25 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	41 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	57 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	73 - ⒶⒷⒸⒹⒺ
10 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	26 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	42 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	58 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	74 - ⒶⒷⒸⒹⒺ
11 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	27 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	43 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	59 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	75 - ⒶⒷⒸⒹⒺ
12 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	28 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	44 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	60 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	76 - ⒶⒷⒸⒹⒺ
13 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	29 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	45 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	61 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	77 - ⒶⒷⒸⒹⒺ
14 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	30 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	46 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	62 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	78 - ⒶⒷⒸⒹⒺ
15 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	31 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	47 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	63 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	79 - ⒶⒷⒸⒹⒺ
16 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	32 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	48 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	64 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	80 - ⒶⒷⒸⒹⒺ

RANKING CLASSIFICATÓRIO

Confira sua nota e posição no Ranking Classificatório e saiba o seu desempenho.

http://estrategi.ac/xg2whf

SISTEMA DE QUESTÕES

Acesse o link abaixo para fazer este simulado no Sistema de Questões.

https://concursos.estrategia.com/curso/simulado-especial-pc-ap-cargo-oficial-investigador-de-policia-15-11-2026-banca-cesgranrio-pos-edital

CONHECIMENTOS

LÍNGUA PORTUGUESA

Fabrício Dutra

Estamos na década de 1780, em outro universo. A França na qual os fatos ocorrem, é um país homônimo, em um tempo paralelo. O cenário é gótico, o ambiente é líquido. A náusea vai se tornando o sentimento comum. O povo tem fome. Muitas fomes. O regime político faliu, reduzindo-se a uma disputa oligárquica por pensões, cargos e privilégios. A monarquia perde o controle do processo, e uma vanguarda revolucionária, que acredita na necessidade de métodos radicais para o extermínio de antigos vícios, toma o Poder. Os jacobinos instituem tribunais revolucionários. A choldra clama por autoridade, emprego e previsibilidade.

A revolução mergulha a França em um torvelinho de instabilidade e insegurança. A mentira, a fraude e o medo rondam os lares. Nesse país homônimo de uma galáxia bizarra, toda a revolução contempla obrigatoriamente uma contrarrevolução e vice-versa.

Uma crise econômica pavorosa irrompe o reinado de ponta a ponta. Os recursos do governo foram todos cortados, restringindo-se unicamente a financiar militares, juízes e parlamentares, que sempre frequentaram a Corte e mantiveram privilégios.

O povo, que tem muitas fomes, começa a ter fome de vingança. Mas as ruas não rugem; permanecem vazias. Bastaria um pavio para explodir o paiol. Os congressistas reagem aos excessos dos jacobinos, já enfraquecidos, que começam a ser usados como bucha de canhão. O relativismo é a única doutrina. Tudo é aceitável; tudo é inaceitável. A nação está farta de tanto desassossego. A saída é recorrer ao carisma e à força de um general laureado em batalhas.

Nesse universo bizarro, Bonaparte toma o poder através da internet e cerca-se de militares de alta patente. Sim, Bonaparte teve os apoios do ódio, da rejeição ao passado recente, da vontade de arrebentar e destruir. O corso busca fomentar a intriga como um Iago à procura de um Othello.

A ordem e a disciplina asseguradas pelo ditador, contudo, esfumaçam-se nas primeiras badaladas do relógio. O Bonaparte bizarro não passa de um bufão. Permite que os príncipes, seus filhos, exerçam o poder acima dos generais, que são o lastro do seu governo.

Restringe suas aparições às redes sociais e passa a se comunicar com palavras de baixo calão. O corso se diverte, divulgando imagens chulas em festividades nacionais. A França vai perdendo a dignidade, a decência e o orgulho próprio.

Os primeiros meses do governo ditatorial são um fiasco. Irritado e intrigado com a anarquia provocada pela ingerência da família e a influência de místicos, o Alto Comando das Armas passa a exigir a atitude de um chefe de Estado. O povo se revolta com o desemprego permanente. Surgem manifestações mais agressivas. Espiões partem para distantes confins buscando decifrar o enigma da decadência de Bonaparte.

Em meio ao aprofundamento das investigações, chega-se, então, a uma descoberta estarrecedora: “Napoleão” não era Napoleão, mas um impostor, um sósia que nunca passara de um reles alferes, expulso da escola de armas. Cansado de guerra, o verdadeiro Napoleão estava escondido no Oriente, vivendo em um serralho como um verdadeiro sultão. Generais vão ao seu encontro; apelam ao seu patriotismo para que regresse à França.

Bonaparte, então, retorna a Paris, assume o governo, e a França, enfim, adquire a sonhada estabilidade. Consta que, quando o verdadeiro ditador era coroado Imperador na Catedral de Notre Dame, o falso Bonaparte atacava prussianos no pátio do manicômio onde passaria o resto de sua vida. Equilibrava-se no fio entre a sanidade e a demência, oscilando entre o tempo passado e o tempo presente, tal como a insólita narrativa deste Recado. Pergunta que não quer calar: afinal, o Napoleão de fancaria existe?

1. A presença da internet e das redes sociais em uma narrativa ambientada na década de 1780 contribui para

a) comprovar que a narrativa reproduz fielmente os acontecimentos históricos do período.

b) estabelecer uma correspondência entre práticas políticas de diferentes épocas por meio de uma ambientação deliberadamente anacrônica.

c) demonstrar que os conflitos políticos foram superados pelo desenvolvimento dos meios de comunicação.

d) indicar que o narrador desconhece a incompatibilidade cronológica entre os elementos apresentados.

e) restringir a crítica à incapacidade dos governantes de utilizar ferramentas digitais.

2. No trecho "Os congressistas reagem aos excessos dos jacobinos, já enfraquecidos, que começam a ser usados como bucha de canhão", o pronome relativo "que" retoma

a) os congressistas.

b) os excessos.

c) os privilégios.

d) os jacobinos.

e) enfraquecidos.

3. A frase que atende à norma-padrão quanto à concordância verbal e nominal é:

a) Permaneceram intactas, apesar da crise, as vantagens de militares e parlamentares.

b) Faziam poucos meses que a ordem e a disciplina haviam desaparecido.

c) A ingerência da família e a influência dos místicos deixou os generais irritados.

d) Haviam razões suficientes para considerar injustificáveis os privilégios da Corte.

e) Os militares consideraram necessário as medidas propostas pelos congressistas.

4. No trecho "Restringe suas aparições às redes sociais", o acento grave resulta da combinação da preposição exigida pelo verbo com o artigo que antecede o substantivo.

O acento grave está corretamente empregado, segundo a norma-padrão, em:

a) Os generais passaram à exigir uma atitude do governante.

b) O impostor observava à sua lista antes de consultar os militares.

c) As investigações deram origem à uma descoberta estarrecedora.

d) O povo já não atribuía credibilidade à cada autoridade prometia estabilidade.

e) A reação dos congressistas foi uma resposta às arbitrariedades do governo.

5. No período "A ordem e a disciplina asseguradas pelo ditador, contudo, esfumaçam-se nas primeiras badaladas do relógio", o conectivo "contudo" estabelece uma relação de

a) conclusão, podendo ser substituído por "portanto", sem alteração de sentido.

b) explicação, podendo ser substituído por "pois", sem alteração de sentido.

c) oposição, podendo ser substituído por "entretanto", sem alteração de sentido.

d) concessão, podendo ser substituído por "embora", sem alteração da estrutura.

e) adição, podendo ser substituído por "ademais", sem alteração de sentido.

6. No segmento “A França na qual os fatos ocorrem, é um país homônimo, em um tempo paralelo”, a adequação à norma-padrão, preservado o caráter restritivo da oração “na qual os fatos ocorrem”, exige

a) o acréscimo de uma vírgula imediatamente depois de “França”.

b) a retirada da vírgula imediatamente depois de “ocorrem”.

c) a substituição da vírgula depois de “ocorrem” por dois-pontos.

d) a inserção de uma vírgula imediatamente depois de “qual”.

e) a substituição da vírgula depois de “ocorrem” por ponto e vírgula.

7. A reescrita que atende à norma-padrão quanto à colocação do pronome átono é:

a) Os generais não submeteram-se às exigências dos filhos do governante.

b) Jamais admitiria-se a interferência dos príncipes nas decisões militares.

c) Quando reuniram-se os congressistas, a crise já se agravara.

d) Os generais exigiram que se investigasse a identidade do governante.

e) Embora mantivessem-se os privilégios da Corte, o governo perdia força.

8. O pronome **onde** está empregado de acordo com a norma-padrão em:

a) O manicômio onde o impostor permaneceu ficava distante do centro da cidade.

b) A crise onde o governo mergulhou agravou o descontentamento popular.

c) A época onde os generais se reuniram foi marcada pela instabilidade.

d) O argumento onde os congressistas se apoiaram perdeu credibilidade.

e) A conclusão onde os investigadores chegaram surpreendeu os generais.

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO

Eduardo Mocellin

9. A seguir, são apresentadas as premissas de um argumento elaborado por um investigador a respeito de um furto ocorrido em um armazém.

- Premissa 1: Se o suspeito estava no armazém, então a câmera registrou o suspeito ou o vigia viu o suspeito.
- Premissa 2: Se o vigia viu o suspeito, então o boletim de ocorrência cita o vigia.
- Premissa 3: O boletim de ocorrência não cita o vigia, e a câmera não registrou o suspeito.

Uma conclusão que torna válido o argumento é

a) Logo, o vigia viu o suspeito.

b) Logo, o suspeito estava no armazém.

c) Logo, o boletim de ocorrência cita a câmera.

d) Logo, o suspeito não estava no armazém.

e) Logo, a câmera registrou o suspeito ou o vigia viu o suspeito.

10. Considere a seguinte proposição, registrada em uma norma interna de uma delegacia:

Se o investigador concluiu o relatório, então o delegado assinou o inquérito e o escrivão o arquivou.

A proposição acima é logicamente equivalente à proposição

a) Se o investigador não concluiu o relatório, então o delegado não assinou o inquérito ou o escrivão não o arquivou.

b) Se o delegado assinou o inquérito e o escrivão o arquivou, então o investigador concluiu o relatório.

c) Se o delegado não assinou o inquérito e o escrivão não o arquivou, então o investigador não concluiu o relatório.

d) O investigador concluiu o relatório, e o delegado não assinou o inquérito ou o escrivão não o arquivou.

e) Se o delegado não assinou o inquérito ou o escrivão não o arquivou, então o investigador não concluiu o relatório.

11. Considere como verdadeiras as seguintes afirmações a respeito dos servidores de um órgão de segurança pública:

• Todo perito é concursado.

• Nenhum concursado é estagiário.

• Algum estagiário é bacharel em Direito.

Com base nessas afirmações, é necessariamente verdadeiro que

a) nenhum bacharel em Direito é concursado.

b) algum bacharel em Direito não é perito.

c) todo concursado é perito.

d) algum perito é estagiário.

e) nenhum bacharel em Direito é perito.

12. Sejam p e q duas proposições lógicas simples. Entre as proposições compostas a seguir, a única que é uma tautologia é

a) $[(p \rightarrow q) \wedge \sim q] \rightarrow \sim p$

b) $(p \rightarrow q) \rightarrow (q \rightarrow p)$

c) $(p \wedge \sim q) \rightarrow q$

d) $(p \vee q) \rightarrow (p \wedge q)$

e) $\sim(p \vee q) \leftrightarrow (\sim p \vee \sim q)$

13. Em 2024, uma delegacia registrou 1.240 ocorrências de furto de celulares. Em 2025, o número dessas ocorrências aumentou 20% em relação ao de 2024. Em 2026, após uma operação integrada de policiamento, o número de ocorrências diminuiu 25% em relação ao de 2025.

Nessas condições, o número de ocorrências de furto de celulares registradas por essa delegacia em 2026 foi igual a

a) 930

b) 1.116

c) 1.178

d) 1.302

e) 1.488

14. Uma gratificação de R$ 12.600,00 será dividida entre três investigadores, A, B e C, em partes diretamente proporcionais ao número de diligências que cada um cumpriu no semestre e inversamente proporcionais ao número de faltas que cada um teve no mesmo período. O investigador A cumpriu 10 diligências e teve 2 faltas; o investigador B cumpriu 6 diligências e teve 3 faltas; e o investigador C cumpriu 12 diligências e teve 6 faltas.

Nessas condições, a parte da gratificação que caberá ao investigador A, em reais, é igual a

a) 2.100,00

b) 2.800,00

c) 4.500,00

d) 6.300,00

e) 7.000,00

15. Para uma operação de cumprimento de mandados, o delegado formará uma equipe de 4 servidores escolhidos entre 6 investigadores e 4 escrivães disponíveis. Por exigência do planejamento, a equipe deve ter pelo menos um escrivão.

Nessas condições, o número de equipes distintas que podem ser formadas é igual a

a) 15

b) 80

c) 90

d) 195

e) 336

16. Em uma delegacia, 6 agentes, trabalhando 6 horas por dia, analisam 360 laudos periciais em 12 dias. Para atender a um mutirão, a delegacia passará a contar com 9 agentes, com o mesmo ritmo de trabalho dos primeiros, trabalhando 8 horas por dia.

Nessas condições, o número de dias necessários para que essa nova equipe analise 540 laudos periciais é igual a

a) 4

b) 6

c) 9

d) 12

e) 16

ESTATÍSTICA E ANÁLISE DE DADOS

Carlos Henrique

17. Durante uma investigação, uma equipe policial contabilizou a quantidade de relatórios produzidos por seus integrantes ao longo de 12 dias de trabalho. Os resultados foram organizados na seguinte distribuição de frequências:

Número de relatórios	Frequência absoluta
1	2
2	3
3	4
4	3
Total	12

Considerando os dados apresentados, a frequência relativa correspondente à produção de três relatórios e a frequência relativa acumulada até dois relatórios são, respectivamente:

a) 25% e 30%.

b) 30% e 40%.

c) 33,3% e 41,7%.

d) 40% e 50%.

e) 33,3% e 50%.

18. Uma equipe de investigação registrou o número de diligências realizadas por cinco investigadores em determinado período. Os resultados foram:

$$2, 4, 6, 8, 10$$

Considerando que esses cinco valores representam toda a população de interesse, a variância populacional e o desvio-padrão populacional são, respectivamente:

a) 8 e $2\sqrt{2}$.

b) 8 e 4.

c) 10 e $2\sqrt{2}$.

d) 8 e $4\sqrt{2}$.

e) 10 e 4.

19. Em uma unidade policial, 60 servidores participaram de um levantamento sobre o conhecimento de dois idiomas estrangeiros: inglês e espanhol.

Os resultados indicaram que 35 servidores conheciam inglês, 30 conheciam espanhol e 15 conheciam ambos os idiomas.

Selecionando-se aleatoriamente um servidor desse grupo, a probabilidade de que ele conheça pelo menos um dos dois idiomas é:

a) $\frac{1}{2}$

b) $\frac{2}{3}$

c) $\frac{3}{4}$

d) $\frac{5}{6}$

e) $\frac{11}{12}$

20. Uma unidade policial recebe equipamentos de dois fornecedores. O fornecedor A é responsável por 60% das entregas, enquanto o fornecedor B responde pelos 40% restantes.

Sabe-se que 2% dos equipamentos fornecidos por A apresentam defeito, enquanto, entre os equipamentos fornecidos por B, esse percentual é de 5%.

Um equipamento é selecionado aleatoriamente e constatou-se que ele apresenta defeito.

Nessas condições, a probabilidade de que esse equipamento tenha sido fornecido pela empresa B é:

a) $\frac{1}{2}$.

b) $\frac{5}{8}$.

c) $\frac{2}{5}$.

d) $\frac{3}{5}$.

e) $\frac{5}{6}$.

21. Durante a análise exploratória de dados relativos à quantidade de ocorrências registradas diariamente em determinada região, um analista obteve a seguinte amostra, já ordenada:

$$2, 3, 3, 4, 5, 6, 7, 20$$

Para identificar valores atípicos, o analista adotou o critério do intervalo interquartil, considerando como potenciais outliers os valores inferiores a $(Q_1 - 1{,}5 \cdot AIQ)$ ou superiores a $(Q_3 + 1{,}5 \cdot AIQ)$.

Considerando que os quartis foram calculados pela mediana das duas metades da amostra, o valor que deve ser identificado como outlier é:

a) 2.

b) 3.

c) 6.

d) 7.

e) 20.

22. Um estudo realizado por uma equipe de investigação analisou a relação entre o número de horas de treinamento de determinados policiais e o tempo necessário para concluir uma atividade padronizada.

Os dados observados foram:

Horas de treinamento (x)	Tempo de execução (y), em minutos
1	9
2	7
3	5
4	3

Com base nesses dados, o coeficiente de correlação linear de Pearson entre as variáveis e a interpretação adequada dessa relação são:

a) $(r = -1)$, indicando correlação linear negativa perfeita, sem que isso, por si só, comprove causalidade.

b) $(r = 1)$, indicando correlação linear positiva perfeita e relação causal direta.

c) $(r = -0{,}5)$, indicando correlação linear negativa moderada.

d) $(r = 0)$, indicando ausência de relação entre as variáveis.

e) $(r = 0{,}5)$, indicando correlação linear positiva moderada.

23. Um setor de análise criminal pretende estabelecer um modelo de regressão linear simples para relacionar o número de horas dedicadas à análise de evidências (x) ao número de relatórios técnicos concluídos (y).

Para isso, foram obtidos os seguintes dados:

Horas de análise (x)	Relatórios concluídos (y)
1	3
2	5
3	7
4	9

Considerando que o modelo de regressão linear simples é representado por $(\hat{y} = a + bx)$, a quantidade estimada de relatórios concluídos para uma jornada de cinco horas de análise é:

a) 9.

b) 10.

c) 11.

d) 12.

e) 13.

24. Uma unidade policial registrou, em determinado município, 1.000 ocorrências criminais em uma população de 500.000 habitantes no primeiro ano de análise.

No ano seguinte, foram registradas 1.080 ocorrências, enquanto a população do município passou a ser de 600.000 habitantes.

Considerando a taxa de ocorrências por 100.000 habitantes, a variação percentual dessa taxa entre o primeiro e o segundo ano foi de:

a) aumento de 8%.

b) redução de 10%.

c) aumento de 10%.

d) redução de 20%.

e) manutenção da mesma taxa.

NOÇÕES DE CONTABILIDADE

Marcondes Fortaleza

25. Considerando as disposições sobre Patrimônio, Fatos Administrativos, Objetivos e Finalidades da Contabilidade e Escrituração Contábil, marque a alternativa incorreta:

a) A contabilidade é uma ciência social que tem como objetivo principal o fornecimento de informações úteis a seus usuários.

b) Aquisição de imóvel para uso nas atividades, com pagamento de parte à vista, é um fato registrado através de um lançamento de terceira fórmula.

c) A equação Ativo = Passivo - PL indica uma situação líquida desfavorável.

d) O pagamento de uma obrigação com encargos e multa é um fato contábil misto diminutivo.

e) A função administrativa da contabilidade é controlar o patrimônio.

26. Em 01/11/2026, uma entidade pagou antecipadamente o seguro de seus veículos com vigência de dois anos, no valor de R$ 84.000, com início de utilização imediata.

Assinale a opção que indica o valor da despesa antecipada com seguro no Balanço patrimonial da entidade, em 31/12/2026, no ativo circulante:

a) R$ 42.000.

b) R$ 45.500.

c) R$ 49.000.

d) R$ 77.000.

e) R$ 84.000.

27. A empresa MAVIFOR, líder no ramo de pescados, apresentou, no mês de novembro de 2026, os seguintes fatos econômicos:

I. Venda de mercadorias pelo valor bruto de R$ 68.000,00, sobre o qual incidem PIS e COFINS, sob o regime cumulativo, e ICMS de 15%.

II. Desconto incondicional sobre a venda, no valor de R$ 6.800,00.

III. O custo das mercadorias vendidas equivale a 35% do valor da Receita Líquida.

IV. A referida empresa é tributada pelo PIS (0,65%) e pela COFINS (3%) na sistemática cumulativa.

Com base nas informações disponibilizadas, o Resultado com Mercadorias do mês de dezembro/2021 foi:

a) R$ 25.543,95

b) R$ 26.822,90

c) R$ 44.171,27

d) R$ 32.578,83

e) R$ 28.711,33

28. Considere os dados a seguir, referentes à demonstração dos fluxos de caixa de uma empresa comercial no ano de 2026.

- Alienação de imobilizado R$ 250.000
- Amortização de empréstimos concedidos R$ 75.000
- Aquisição de ativo intangível R$ 400.000
- Caixa e equivalentes de caixa inicial R$ 60.000
- Concessão de empréstimos R$ 25.000
- Despesa de salários R$ 30.000
- Obtenção de empréstimos R$ 35.000

No período, quanto totalizou a variação de caixa e equivalentes de caixa, em reais?

a) R$ 155.000,00 (positivo)

b) R$ 35.000,00 (positivo)

c) R$ 95.000,00 (positivo)

d) R$ 35.000,00 (negativo)

e) R$ 95.000,00 (negativo)

29. A empresa MAVIFOR S/A adquiriu um imobilizado no valor de R$ 100.000,00, pagando metade no ato. O lançamento contábil implicará

a) aumento do ativo da empresa no valor de R$ 100.000,00.

b) débito na conta caixa no valor de R$ 50.000,00.

c) crédito no passivo circulante de R$ 50.000,00.

d) aumento do passivo da empresa no valor de R$ 100.000,00.

e) aumento no ativo circulante no valor de R$ 50.000,00.

ANÁLISE FINANCEIRA

Paulo Portinho

30. Determinada empresa apresentou os seguintes dados:

- Ativo Circulante: R$ 900.000
- Estoques: R$ 240.000
- Despesas antecipadas: R$ 60.000
- Passivo Circulante: R$ 400.000

Considerando a fórmula usual da liquidez seca, o índice será:

a) 1,35
b) 1,50
c) 1,68
d) 2,10
e) 2,25

31. Uma sociedade empresária apresenta:

- - Passivo Circulante: R$ 350.000
- - Passivo Não Circulante: R$ 250.000
- - Ativo Total: R$ 1.000.000

O índice de participação de capitais de terceiros sobre os recursos próprios é:

a) 40%
b) 60%
c) 100%
d) 150%
e) 250%

32. Uma sociedade empresária apresentou, ao final de determinado exercício, as seguintes informações:

- - O Ativo Circulante corresponde a 40% do Ativo Total.
- - O Passivo Circulante representa 60% do total de capitais de terceiros.
- - O Patrimônio Líquido é igual a R$ 800.000.
- - O índice de participação de capitais de terceiros sobre os capitais próprios é de 1,50.
- - O índice de liquidez corrente é igual a 2,00.

Considerando exclusivamente as informações apresentadas, a questão é inconsistente, pois apresenta um balanço com ativo:

a) R$ 1.000.000 acima do total da soma dos capitais de terceiros e próprio
b) R$ 1.000.000 abaixo do total da soma dos capitais de terceiros e próprio
c) Igual à soma dos capitais de terceiros e próprio
d) R$ 1.600.000 acima do total da soma dos capitais de terceiros e próprio
e) R$ 1.600.000 abaixo do total da soma dos capitais de terceiros e próprio

INFORMÁTICA

Emannuelle Gouveia

33. Um usuário do Windows 11 precisa configurar um programa para ser executado automaticamente após entrar em sua conta, sem alterar os arquivos de instalação do aplicativo. Considerando os recursos de gerenciamento de inicialização do sistema operacional, o procedimento adequado consiste em

a) utilizar a seção Aplicativos de Inicialização do Gerenciador de Tarefas para habilitar a execução automática de um programa que esteja disponível nessa lista.

b) utilizar o Gerenciador de Dispositivos para adicionar o programa à lista de aplicativos iniciados com o Windows, pois essa ferramenta controla a execução automática de softwares.

c) configurar o programa como aplicativo padrão para determinado tipo de arquivo, pois essa associação determina sua execução automática sempre que o usuário entra no Windows.

d) criar um atalho do programa na Área de Trabalho, pois os aplicativos que possuem atalhos nesse local são automaticamente executados após a autenticação do usuário.

e) utilizar a ferramenta Limpeza de Disco para registrar o programa como serviço de inicialização, pois esse recurso permite definir quais aplicativos serão carregados após a entrada do usuário no sistema.

34. Um usuário precisa reorganizar os arquivos de um projeto no Windows 11. Para isso, pretende transferir documentos entre pastas localizadas em diferentes unidades de armazenamento, mantendo a estrutura de organização e evitando a criação de cópias desnecessárias. Considerando as operações realizadas pelo Explorador de Arquivos, o procedimento adequado consiste em

a) arrastar os arquivos de uma unidade para outra, pois essa operação realiza, por padrão, a movimentação dos arquivos, removendo automaticamente os originais da unidade de origem.

b) selecionar os arquivos, utilizar o comando Recortar e, em seguida, o comando Colar na pasta de destino, pois essa operação permite movimentá-los entre unidades de armazenamento, sem manter cópias na origem após sua conclusão bem-sucedida.

c) utilizar o comando Copiar e, posteriormente, Colar na pasta de destino, pois essa sequência transfere os arquivos e elimina automaticamente os originais após a conclusão da operação.

d) renomear os arquivos antes de transferi-los, pois a alteração de seus nomes modifica automaticamente o caminho de armazenamento e permite sua movimentação entre diferentes unidades.

e) criar atalhos dos arquivos na pasta de destino, pois os atalhos transferem o conteúdo original para o novo local e eliminam a dependência dos arquivos armazenados na unidade de origem.

35. Um servidor público está elaborando um relatório no Microsoft Word e precisa configurar diferentes orientações de página no mesmo documento. As páginas iniciais devem permanecer na orientação Retrato, enquanto uma tabela extensa deve ocupar uma página na orientação Paisagem, sem modificar a orientação das demais páginas. Para realizar essa configuração, o procedimento adequado consiste em

a) inserir uma quebra de página antes da tabela e alterar a orientação para Paisagem, pois a quebra de página permite aplicar configurações independentes de orientação às páginas seguintes.

b) utilizar o recurso Colunas para dividir a página que contém a tabela, pois a configuração de colunas permite modificar a orientação de uma página sem afetar as demais.

c) inserir uma quebra de linha antes e depois da tabela e selecionar a orientação Paisagem, pois as quebras de linha delimitam as áreas do documento que podem receber configurações de página distintas.

d) inserir quebras de seção do tipo Próxima Página antes e depois da tabela e configurar a orientação Paisagem apenas para a seção que contém a tabela.

e) aplicar um estilo de título à tabela e alterar a orientação da página, pois os estilos de formatação permitem controlar individualmente a orientação das páginas do documento.

36. Uma planilha do Microsoft Excel contém uma relação de servidores, com os nomes na coluna A, os setores na coluna B e os valores de gratificações na coluna C. O gestor precisa calcular a soma das gratificações dos servidores de um determinado setor, considerando apenas os valores superiores a R$ 1.000,00. Para realizar esse cálculo, a função adequada consiste em

a) utilizar a função SOMASE, informando o intervalo de setores e o critério de valor, pois essa função permite aplicar simultaneamente múltiplos critérios em intervalos distintos.

b) utilizar a função CONT.SES, informando os intervalos de setores e gratificações, pois essa função retorna a soma dos valores numéricos que atendem a todos os critérios estabelecidos.

c) utilizar a função SOMA, selecionando as colunas de setores e gratificações, pois essa função identifica automaticamente os registros que atendem aos critérios de texto e valor.

d) utilizar a função MÉDIASES, informando os critérios de setor e valor, pois essa função retorna o total acumulado das gratificações correspondentes aos registros selecionados.

e) utilizar a função SOMASES, definindo o intervalo de gratificações como intervalo de soma e estabelecendo critérios para o setor e para os valores superiores a R$ 1.000,00.

37. Durante a elaboração de uma apresentação no Microsoft PowerPoint, um servidor precisa inserir o logotipo institucional e o número do slide em todas as páginas, mantendo a mesma posição e formatação. Além disso, pretende permitir que determinados slides utilizem disposições diferentes de títulos e conteúdos, sem comprometer a padronização visual. O recurso adequado para atender a essas necessidades consiste em

a) utilizar exclusivamente o recurso Design para aplicar um tema à apresentação, pois os temas permitem posicionar automaticamente logotipos e números de slides em locais específicos, independentemente dos layouts utilizados.

b) inserir o logotipo e o número do slide manualmente no primeiro slide e duplicá-lo para criar os demais, pois esse procedimento garante a atualização automática dos elementos em toda a apresentação.

c) utilizar o recurso Transições para definir a posição dos elementos institucionais, pois as configurações de transição controlam a organização e a formatação dos objetos presentes nos slides.

d) utilizar o Slide Mestre para configurar elementos visuais comuns e personalizar os layouts associados, permitindo diferentes disposições de conteúdo e mantendo a padronização da apresentação.

e) utilizar o recurso Animações para vincular o logotipo e a numeração aos demais slides, pois os efeitos de animação permitem compartilhar automaticamente objetos e configurações de layout.

38. Um servidor público precisa localizar documentos em formato PDF publicados no portal oficial de determinado órgão, relacionados à segurança da informação. Para restringir os resultados da pesquisa no Google, pretende utilizar operadores de busca que permitam delimitar o domínio pesquisado e o formato dos arquivos. A estratégia adequada consiste em

a) utilizar o operador site: seguido da expressão PDF, pois esse operador restringe os resultados ao formato de arquivo indicado, independentemente do domínio em que esteja hospedado.

b) empregar o operador filetype: seguido do endereço do portal, pois esse recurso limita a pesquisa às páginas pertencentes ao domínio informado.

c) inserir a expressão de pesquisa entre aspas, pois esse procedimento restringe automaticamente os resultados aos documentos PDF publicados exclusivamente no portal desejado.

d) combinar os operadores site: e filetype:, informando o domínio do órgão e a extensão PDF, respectivamente, para restringir a pesquisa aos documentos desse formato encontrados no domínio especificado.

e) utilizar o operador related: seguido do endereço do portal, pois esse comando recupera exclusivamente arquivos PDF publicados no domínio informado.

39. Uma organização utiliza um serviço de armazenamento de dados na nuvem para manter documentos corporativos acessíveis aos funcionários. Para reduzir o risco de perda de informações, pretende implementar mecanismos que permitam recuperar versões anteriores dos arquivos após alterações indevidas ou exclusões acidentais. A solução mais adequada consiste em

a) habilitar o versionamento dos arquivos e configurar políticas de retenção, permitindo recuperar versões anteriores conforme os recursos e os prazos estabelecidos pelo serviço de armazenamento.

b) utilizar exclusivamente a sincronização automática dos arquivos entre os dispositivos, pois esse mecanismo impede que exclusões ou alterações indevidas sejam propagadas para as demais cópias.

c) configurar permissões de leitura e gravação para todos os usuários, pois o compartilhamento irrestrito dos arquivos garante a preservação das versões anteriores dos documentos.

d) habilitar a criptografia dos dados armazenados, pois esse mecanismo permite restaurar automaticamente arquivos excluídos e recuperar versões anteriores sem necessidade de recursos adicionais.

e) utilizar exclusivamente a redundância de armazenamento entre servidores, pois a manutenção de múltiplas cópias físicas impede a propagação de exclusões lógicas e alterações indevidas nos arquivos.

40. Uma instituição pública possui uma rede que interliga computadores e impressoras em um único prédio administrativo. Além disso, mantém uma infraestrutura de comunicação entre unidades localizadas em diferentes bairros da mesma cidade e utiliza uma rede de longa distância para conectar suas sedes em diferentes estados. Considerando a classificação das redes de computadores quanto à abrangência geográfica, essas infraestruturas correspondem, respectivamente, a

a) MAN, LAN e WAN, pois as redes metropolitanas são utilizadas em ambientes internos, enquanto as redes locais conectam unidades distribuídas em uma cidade.

b) LAN, MAN e WAN, pois as redes locais atendem a áreas geográficas restritas, as redes metropolitanas abrangem regiões urbanas e as redes de longa distância interligam localidades geograficamente afastadas.

c) LAN, WAN e MAN, pois as redes de longa distância são destinadas exclusivamente à comunicação entre unidades de uma mesma cidade, enquanto as redes metropolitanas conectam diferentes estados.

d) WAN, MAN e LAN, pois a classificação das redes depende principalmente da quantidade de dispositivos conectados, independentemente da distância entre os pontos de comunicação.

e) LAN, MAN e PAN, pois as redes pessoais são utilizadas para interligar sedes institucionais em diferentes estados, desde que a comunicação seja realizada por enlaces privados.

41. Uma organização disponibiliza um portal interno para consulta a documentos administrativos, comunicados e sistemas corporativos. Os funcionários podem acessar esse ambiente a partir da rede local ou, quando estão em trabalho remoto, por meio de uma conexão VPN autorizada. Considerando as características da Internet e da intranet, é correto afirmar que

a) a intranet utiliza protocolos exclusivos de comunicação, incompatíveis com o conjunto TCP/IP, pois sua finalidade é impedir a integração com redes externas.

b) o acesso remoto à intranet transforma automaticamente seus serviços em recursos públicos da Internet, independentemente dos mecanismos de autenticação e controle de acesso utilizados.

c) a intranet é uma rede privada que pode utilizar tecnologias e protocolos empregados na Internet, como TCP/IP e HTTP/HTTPS, mantendo o acesso aos recursos restrito aos usuários autorizados.

d) a utilização de uma VPN elimina a necessidade de autenticação nos sistemas internos, pois o estabelecimento de um túnel de comunicação garante automaticamente todas as permissões de acesso.

e) os serviços disponibilizados em uma intranet devem permanecer fisicamente isolados da Internet, pois a existência de qualquer conexão externa descaracteriza sua condição de rede privada.

42. Uma equipe utiliza o Microsoft Teams para organizar atividades, o Google Meet para realizar reuniões virtuais e o Google Drive para armazenar documentos compartilhados. Durante a execução de um projeto, o coordenador precisa garantir que os integrantes tenham acesso aos arquivos necessários, sem conceder permissões de edição a todos os participantes. Para atender a essa necessidade, o procedimento adequado consiste em

a) compartilhar os documentos pelo Google Meet, pois a participação em uma reunião concede automaticamente permissão de edição aos arquivos apresentados durante o encontro.

b) utilizar os canais do Microsoft Teams para armazenar todos os documentos no Google Drive, pois a integração entre essas ferramentas ocorre automaticamente e dispensa configurações de compartilhamento.

c) conceder permissão de editor a todos os participantes do projeto no Google Drive, pois essa configuração é obrigatória para que os arquivos possam ser visualizados em reuniões realizadas pelo Google Meet.

d) configurar as permissões de compartilhamento no Google Drive conforme as responsabilidades dos integrantes, permitindo a edição apenas aos usuários autorizados, e utilizar o Microsoft Teams e o Google Meet para apoiar a comunicação e a colaboração da equipe.

e) utilizar exclusivamente o Google Meet para gerenciar documentos e permissões de acesso, pois suas funcionalidades de videoconferência substituem os mecanismos de armazenamento e compartilhamento do Google Drive.

43. Um órgão público implementou controles de segurança para proteger documentos administrativos armazenados em seus sistemas. Entre as medidas adotadas estão a restrição de acesso a usuários autorizados, a verificação de alterações nos arquivos, a utilização de mecanismos de autenticação, a manutenção de registros de atividades e a implementação de recursos para continuidade dos serviços. A relação adequada entre essas medidas e as propriedades da segurança da informação consiste em

a) associar a confidencialidade à restrição de acesso às informações, a integridade à proteção contra alterações indevidas, a disponibilidade à manutenção do acesso aos serviços, a autenticidade à verificação da identidade ou origem e a rastreabilidade à possibilidade de identificar e acompanhar as ações realizadas.

b) associar a confidencialidade à manutenção dos serviços em funcionamento e a disponibilidade à proteção contra acessos não autorizados, pois ambas as propriedades possuem finalidades equivalentes na proteção das informações.

c) considerar que a utilização de mecanismos de autenticação garante simultaneamente a integridade e a disponibilidade dos dados, dispensando controles específicos para detectar alterações e prevenir interrupções dos serviços.

d) atribuir à rastreabilidade a função de impedir alterações não autorizadas nos documentos, enquanto a integridade permite identificar automaticamente os usuários responsáveis por cada operação realizada.

e) considerar que a autenticidade garante a veracidade do conteúdo das informações, enquanto a confidencialidade assegura que os registros de atividades sejam preservados para auditorias posteriores.

44. Uma organização identificou que um funcionário abriu um anexo recebido por correio eletrônico e, posteriormente, diversos arquivos armazenados em seu computador tornaram-se inacessíveis. Na tela, foi apresentada uma mensagem exigindo pagamento para a recuperação dos dados. Considerando as características das ameaças cibernéticas e as medidas de resposta a incidentes, a interpretação adequada consiste em

a) classificar o incidente exclusivamente como phishing, pois essa ameaça tem como principal característica criptografar arquivos e exigir pagamento para sua recuperação, independentemente da instalação de software malicioso.

b) considerar que a abertura do anexo caracteriza necessariamente a exploração de uma vulnerabilidade do sistema operacional, pois ataques de ransomware não podem ser executados por meio de arquivos maliciosos recebidos por correio eletrônico.

c) identificar o incidente como um ataque de spyware, pois esse tipo de malware tem como finalidade principal bloquear o acesso aos arquivos e exigir pagamento para restabelecer sua disponibilidade.

d) efetuar o pagamento solicitado e reiniciar o computador, pois o atendimento à exigência dos criminosos garante a recuperação dos arquivos e elimina automaticamente o malware responsável pelo incidente.

e) reconhecer indícios de um ataque de ransomware, possivelmente iniciado por uma mensagem de phishing, e adotar medidas de contenção, como o isolamento do equipamento afetado, a comunicação à equipe de segurança e a recuperação dos dados por meios confiáveis.

DIREITO PENAL

Priscila Silveira

45. Durante uma ronda, um Oficial Investigador de Polícia é informado de que um homem, primário e sem antecedentes, subtraiu de um supermercado dois pacotes de biscoito, avaliados em R$ 9,00, sem violência ou grave ameaça. O fato chega ao conhecimento da autoridade policial, que passa a analisar a incidência dos princípios penais aplicáveis.

À luz da Constituição Federal, do Código Penal e da jurisprudência dos Tribunais Superiores, verifica-se que

a) o princípio da legalidade admite que medida provisória crie tipos penais incriminadores, desde que posteriormente convertida em lei pelo Congresso Nacional.

b) o princípio da intranscendência da pena autoriza que a pena de multa aplicada ao condenado seja cobrada de seus herdeiros, até o limite do patrimônio transferido.

c) o princípio da insignificância é aplicável aos crimes contra a Administração Pública praticados por funcionário público, conforme entendimento sumulado do STJ.

d) o princípio da insignificância, quando reconhecido, afasta a tipicidade material da conduta, exigindo-se a mínima ofensividade da conduta, a ausência de periculosidade social da ação, o reduzido grau de reprovabilidade do comportamento e a inexpressividade da lesão jurídica provocada.

e) o princípio da culpabilidade admite a responsabilidade penal objetiva nos crimes qualificados pelo resultado, dispensando a demonstração de culpa quanto ao resultado agravador.

46. Em março de determinado ano, Caio sequestrou um empresário com o fim de obter, como condição do resgate, a quantia de R$ 500.000,00, mantendo-o em cativeiro. Em maio do mesmo ano, entrou em vigor a Lei X, que aumentou a pena do crime de extorsão mediante sequestro. A vítima só foi libertada pela polícia em junho, quando Caio foi preso em flagrante.

Considerando a situação hipotética e as regras sobre a aplicação da lei penal no tempo, verifica-se que

a) deve ser aplicada a lei anterior, pois o Código Penal adota a teoria da atividade, considerando-se praticado o crime no momento da ação, que se iniciou em março.

b) deve ser aplicada a Lei X, ainda que mais gravosa, pois, tratando-se de crime permanente, aplica-se a lei vigente antes da cessação da permanência.

c) o juiz poderá combinar os dispositivos mais favoráveis da lei anterior e da Lei X, extraindo de cada uma a parte que beneficie o réu.

d) caso, após a condenação definitiva, sobrevenha lei que deixe de considerar o fato como crime, cessarão a execução e todos os efeitos da sentença condenatória, inclusive a obrigação de reparar o dano.

e) caso, após o trânsito em julgado da condenação, sobrevenha lei mais benéfica, esta não poderá ser aplicada, em respeito à coisa julgada.

47. Antônio e Bruno combinaram furtar objetos de uma residência cujos moradores, segundo informações que obtiveram, estariam viajando. Pelo ajuste, Antônio ficaria do lado de fora, vigiando a rua, enquanto Bruno entraria no imóvel. Ao ingressar na casa, Bruno deparou-se com o caseiro e, para assegurar a subtração, empregou violência física contra ele, levando diversos bens. Antônio não aderiu ao emprego de violência, mas era previsível que alguém pudesse estar no imóvel.

Considerando as regras do Código Penal sobre o concurso de pessoas, verifica-se que

a) Antônio e Bruno responderão por roubo, pois o Código Penal adota a teoria monista, segundo a qual todos os concorrentes respondem pelo mesmo crime.

b) Antônio não responderá por crime algum, pois a mera vigilância caracteriza participação de menor importância, que é impunível.

c) Antônio responderá por roubo, com redução de pena de um sexto a um terço, por se tratar de participação de menor importância.

d) Antônio responderá por furto simples, pois a qualificadora do concurso de pessoas é circunstância de caráter pessoal e, por isso, incomunicável.

e) Antônio responderá por furto qualificado pelo concurso de pessoas, com a pena aumentada até a metade, por ter sido previsível o resultado mais grave.

48. Durante uma discussão em um estacionamento, Tício, sabendo que Marta estava grávida de sete meses, desferiu-lhe diversos socos e chutes. Em consequência das agressões, Marta entrou em trabalho de parto, e a criança nasceu prematura, porém com vida e em boas condições de saúde. Mãe e filho receberam alta poucos dias depois.

Considerando a situação hipotética e as disposições do Código Penal, Tício praticou o crime de

a) lesão corporal grave, em razão da aceleração do parto.

b) lesão corporal gravíssima, em razão da aceleração do parto, equiparada pelo Código Penal ao aborto.

c) lesão corporal leve, pois a criança nasceu com vida e não houve sequelas para a mãe ou para o filho.

d) aborto provocado por terceiro sem o consentimento da gestante, na forma consumada.

e) lesão corporal grave, que se configuraria ainda que Tício desconhecesse a gravidez da vítima, por se tratar de qualificadora de natureza objetiva.

49. Pedro, de 30 anos, morando na casa de sua mãe, Lúcia, de 66 anos, abriu o cofre da residência sem que ela soubesse e subtraiu joias de família, vendendo-as em seguida. Lúcia, ao perceber o desaparecimento, registrou ocorrência na delegacia, e a investigação apontou Pedro como autor da subtração.

Considerando a situação hipotética e as disposições do Código Penal sobre os crimes contra o patrimônio, verifica-se que Pedro

a) é isento de pena, pois praticou o crime em prejuízo de ascendente, hipótese de escusa absolutória prevista no Código Penal.

b) responderá pelo crime de furto, mas a ação penal dependerá de representação da vítima, por se tratar de crime praticado contra ascendente.

c) responderá pelo crime de furto, pois a imunidade penal é afastada quando o crime é praticado contra pessoa com idade igual ou superior a 60 anos, sendo a ação penal pública incondicionada.

d) é isento de pena, e essa isenção se estende a eventual terceiro estranho à família que o tivesse auxiliado na subtração.

e) responderá pelo crime de apropriação indébita, pois tinha livre acesso aos bens da residência em que morava.

50. Um Oficial Investigador de Polícia, responsável por diligências em um inquérito sobre fraudes em licitações, procurou um dos investigados e lhe solicitou R$ 5.000,00 para não incluir o nome dele no relatório das diligências. O investigado recusou a proposta, não entregou qualquer valor e, no dia seguinte, comunicou o fato à Corregedoria da Polícia.

Considerando a situação hipotética e as disposições do Código Penal, o Oficial Investigador praticou o crime de

a) concussão, pois se valeu do cargo para obter vantagem indevida do investigado.

b) corrupção passiva, na forma tentada, pois não chegou a receber a vantagem indevida.

c) corrupção passiva privilegiada, pois deixou de praticar ato de ofício cedendo a pedido ou influência de outrem.

d) corrupção passiva, na forma consumada, pois o crime é formal e se consuma com a mera solicitação da vantagem indevida.

e) corrupção passiva majorada, com aumento de um terço da pena, por ter deixado de praticar ato de ofício.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Renan Araújo

51. No curso de ação penal por furto contra Tiago, o juiz realizou, no dia 10 de março, audiência de instrução na qual foram ouvidas as testemunhas de acusação, observando as regras então vigentes. No dia 25 de março do mesmo ano, entrou em vigor nova lei que modificou a ordem de inquirição das testemunhas nas audiências de instrução. A defesa de Tiago requereu a anulação da audiência já realizada e a sua repetição sob a nova disciplina legal.

À luz do art. 2º do Código de Processo Penal, o juiz deve

a) deferir o pedido, pois a lei processual penal retroage sempre que altera o procedimento, em respeito ao princípio da unidade processual.

b) deferir o pedido, pois a lei processual penal nova segue a regra da retroatividade da lei penal mais benéfica, prevista no art. 5º, XL, da Constituição Federal.

c) indeferir o pedido e aplicar a lei nova apenas aos atos processuais ainda não praticados, preservando a validade da audiência já realizada.

d) indeferir o pedido e manter a lei anterior para todos os atos do processo, pois a lei vigente ao tempo do fato regula todo o processo penal.

e) indeferir o pedido, mas aplicar a lei nova somente aos processos instaurados após a sua vigência, ficando os processos em curso integralmente regidos pela lei anterior.

52. Após a conclusão de inquérito policial instaurado para apurar o furto de uma motocicleta, o Promotor de Justiça, por entender que não havia base suficiente para a denúncia, diante da ausência de provas da autoria, ordenou o arquivamento, comunicou a vítima, o investigado e a autoridade policial e submeteu o arquivamento ao Juiz competente. Seis meses depois de homologado o arquivamento, o delegado de polícia recebeu a informação de que uma testemunha, até então desconhecida, presenciou a subtração e identificou o investigado como autor do fato.

Nessa situação, de acordo com o CPP e com a jurisprudência do STF, assinale a alternativa correta.

a) O arquivamento homologado produz coisa julgada material, o que impede qualquer nova diligência investigatória sobre o mesmo fato.

b) A autoridade policial pode proceder a novas pesquisas, por ter notícia de outras provas, e a ação penal somente poderá ser iniciada se houver novas provas, nos termos do art. 18 do CPP e da súmula 524 do STF.

c) A autoridade policial pode proceder a novas pesquisas, mas o Ministério Público fica obrigado a oferecer denúncia, pois o surgimento de nova testemunha torna a ação penal obrigatória.

d) O desarquivamento depende de decisão judicial proferida de ofício, sendo vedado ao Ministério Público requerer a reabertura das investigações.

e) O inquérito somente poderia ser reaberto se o arquivamento tivesse sido determinado pela autoridade policial, sendo vedada a reabertura quando a medida é ordenada pelo Ministério Público.

53. Hugo e Ivan, em coautoria, publicaram em uma rede social aberta mensagens atribuindo falsamente a Marta a prática de um furto. Marta tomou conhecimento da autoria de ambos no mesmo dia e, dentro do prazo legal, ofereceu queixa-crime por calúnia (art. 138 do CP) apenas contra Hugo, deixando de incluir Ivan de forma deliberada, por ser seu vizinho e amigo de longa data. O Ministério Público, ao ser intimado, nada requereu em relação a Ivan.

Com base no CPP, assinale a alternativa correta.

a) O Ministério Público pode aditar a queixa para incluir Ivan ou oferecer denúncia substitutiva contra ele, pois a calúnia é crime de ação penal pública.

b) Marta pode escolher livremente contra quem ajuizar a ação, pois a ação penal privada é regida pelos princípios da oportunidade e da conveniência, que autorizam a seleção dos querelados.

c) A queixa é válida em relação a Hugo, devendo o juiz determinar o desmembramento do feito e a remessa de cópias ao Ministério Público para que ofereça denúncia contra Ivan.

d) A omissão em relação a Ivan configura perdão tácito, que depende de aceitação de Ivan para produzir efeitos e não alcança Hugo.

e) A omissão deliberada em relação a Ivan configura renúncia tácita ao direito de queixa, que, nos termos do art. 49 do CPP, se estende a Hugo, devendo ser reconhecida a extinção da punibilidade.

54. Policiais militares receberam, por ligação anônima, a informação genérica de que Edson guardava drogas em sua residência. Sem realizar nenhuma diligência prévia, como campana ou verificação de movimentação suspeita, os agentes foram ao local às 14h e, diante da recusa de Edson em abrir o portão, arrombaram a porta e entraram na casa sem mandado judicial. No interior do imóvel, encontraram diversos pinos de cocaína e prenderam Edson em flagrante. A defesa requereu o reconhecimento da ilicitude da prova obtida na diligência.

Nessa situação, assinale a alternativa correta.

a) A prova é ilícita, pois o ingresso forçado em domicílio sem mandado só é válido se amparado em fundadas razões, devidamente justificadas, de que no interior da casa ocorria situação de flagrante delito, o que não se verifica diante de denúncia anônima genérica desacompanhada de diligências prévias.

b) A prova é lícita, pois o tráfico de drogas é crime permanente, o que autoriza o ingresso em domicílio a qualquer hora, independentemente de fundadas razões prévias.

c) A prova é lícita, pois, por se tratar de diligência realizada durante o dia, o ingresso forçado em domicílio dispensa mandado judicial.

d) A prova é ilícita apenas porque a diligência foi realizada sem a presença de duas testemunhas, exigência do CPP, sendo irrelevante a existência de fundadas razões.

e) A prova é lícita, pois a prisão em flagrante, uma vez realizada, convalida o ingresso no domicílio, ainda que tenha ocorrido sem fundadas razões prévias.

55. Leandro foi preso em flagrante pela prática de furto qualificado (art. 155, §4º, do CP) e apresentado ao juiz em audiência de custódia. O Ministério Público, presente ao ato, manifestou-se pela concessão de liberdade provisória, e a autoridade policial não representou por nenhuma medida cautelar. Mesmo assim, o juiz converteu a prisão em flagrante em preventiva, sob o fundamento de que Leandro responde a outro processo e há risco de reiteração delitiva. Passados cem dias, sem que o juiz tivesse reavaliado a prisão, a defesa impetrou habeas corpus, alegando a ilegalidade da conversão e a ausência de revisão da custódia.

Nessa situação, a solução jurídica adequada é

a) denegar a ordem, pois o juiz pode converter a prisão em flagrante em preventiva de ofício na audiência de custódia, por ser consequência natural da prisão em flagrante.

b) conceder a ordem, pois a conversão sem provocação é vedada, e o decurso do prazo de 90 dias sem revisão da prisão, por si só, impõe a revogação automática da preventiva e a soltura imediata do preso.

c) conceder a ordem, pois a conversão sem provocação é vedada, mas a revisão a cada 90 dias prevista no art. 316, parágrafo único, do CPP aplica-se somente às prisões decretadas na fase de inquérito.

d) conceder a ordem, pois a conversão da prisão em flagrante em preventiva sem provocação é vedada, sendo certo que a inobservância da revisão a cada 90 dias, prevista no art. 316, parágrafo único, do CPP, não implica, por si só, a revogação automática da prisão, devendo o juízo ser instado a reavaliar a legalidade e a atualidade de seus fundamentos.

e) denegar a ordem, pois a ausência de impugnação da conversão na própria audiência de custódia gerou preclusão, o que convalida a decretação da preventiva sem provocação.

56. Durante uma discussão em um bar, Valdir desferiu um soco no rosto de Otávio, que sofreu lesões corporais de natureza leve. Policiais militares conduziram ambos à delegacia, onde o delegado de plantão tomou conhecimento da ocorrência. Valdir, que é primário e foi devidamente qualificado, assumiu o compromisso de comparecer ao Juizado Especial Criminal quando intimado.

Nessa situação, a autoridade policial deve

a) lavrar auto de prisão em flagrante, arbitrando fiança, pois Valdir foi apresentado logo após a agressão.

b) instaurar inquérito policial por portaria, pois é vedada a lavratura de termo circunstanciado nos crimes que envolvam violência contra a pessoa.

c) lavrar termo circunstanciado e encaminhá-lo ao Juizado, não se impondo a Valdir prisão em flagrante nem se exigindo fiança, providenciando as requisições dos exames periciais necessários.

d) aguardar a representação formal de Otávio na delegacia, sob pena de decadência imediata do direito de representação, para só então lavrar o termo.

e) encaminhar o caso à Justiça comum, pois a lesão corporal envolve violência contra a pessoa e não se enquadra no conceito de infração de menor potencial ofensivo.

LEGISLAÇÃO PENAL E PROCESSUAL ESPECIAL

Antônio Pequeno

57. Quanto à lei de tortura marque a alternativa correta sobre o efeito da condenação.

a) A perda do cargo não é um efeito da condenação

b) A perda do cargo exige reincidência específica.

c) A perda do cargo não é um efeito automático.

d) A perda do cargo é um efeito automático e gera a interdição do cargo, emprego ou função pública pelo dobro do prazo da pena aplicada.

e) A lei de tortura só traz, como efeito da condenação, a interdição do cargo, emprego ou função pública pelo dobro do prazo da pena aplicada.

58. Um policial civil do estado Alfa praticou um crime de tortura contra uma pessoa presa. Com base nessa situação hipotética e tendo em vista a condição do policial de agente público, a pena do crime de tortura poderá ser aumentada de

a) 1/6 a 1/3

b) 2/3

c) 1/3

d) 1/5

e) 1/3 a 1/2

59. O Ministério Público não ofereceu a denúncia, pela prática de um crime de abuso de autoridade, dentro do prazo legal, ficando evidenciada a inércia do órgão de persecução penal. De acordo com a lei n.º 13.869/2019 (Lei de Abuso de Autoridade), caberá.

a) Ação penal privada subsidiária da pública.

b) Ação penal pública condicionada à requisição.

c) Ação penal pública condicionada à representação do ofendido.

d) Ação penal de iniciativa privada personalíssima.

e) Ação penal de iniciativa privada exclusiva.

60. Qual o prazo para oferecimento de queixa-crime subsidiária no caso de ação penal privada subsidiária da pública, de acordo com a lei nº 13.869/2019 (Lei de Abuso de Aautoridade):

a) de até 6 (seis) meses.

b) de até 8 (oito) meses.

c) de até 12 (doze) meses.

d) de até 4 (quatro) meses.

e) de até 5 (cinco) meses.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Adriane Fauth

61. Após semanas de investigação, com campanas e depoimentos de testemunhas, policiais civis reuniram elementos concretos de que Caio guardava em sua casa, sem autorização legal, armas de fogo e munições, conduta que configura crime de natureza permanente. Às 23 horas, sem mandado judicial e sem o consentimento do morador, os agentes entraram na residência, apreenderam o armamento e prenderam Caio em flagrante, conduzindo-o à delegacia. Considerando as garantias previstas na Constituição Federal de 1988, assinale a afirmativa correta a respeito dessa atuação policial.

a) O ingresso na residência foi inconstitucional, pois, durante a noite, a entrada em domicílio sem o consentimento do morador depende sempre de ordem judicial.

b) Para identificar os fornecedores das armas, o delegado de polícia pode determinar, por ato próprio, a interceptação das comunicações telefônicas de Caio, desde que comunique a medida ao juiz em 24 horas.

c) A prisão de Caio e o local onde ele se encontra devem ser comunicados imediatamente ao juiz competente e à sua família ou à pessoa por ele indicada, e ele deve ser informado de seus direitos, entre os quais o de permanecer calado.

d) Por ter sido preso em flagrante, Caio é obrigado a responder às perguntas feitas no interrogatório policial, e o seu silêncio pode ser considerado confissão.

e) Para preservar a segurança dos agentes, a autoridade policial pode negar a Caio a identificação dos responsáveis por sua prisão e por seu interrogatório.

62. Uma associação civil sem fins lucrativos, criada para promover debates políticos, convocou ato público pacífico em praça da cidade e comunicou previamente o fato à autoridade competente. Dias depois, o Secretário de Segurança Pública do Estado, por meio de portaria, determinou a suspensão das atividades da associação, sob o argumento de que seus dirigentes haviam feito críticas severas ao governo, e a notificou de que ela seria dissolvida compulsoriamente. À luz da Constituição Federal de 1988, a atuação estatal descrita

a) é válida quanto à suspensão, desde que fundamentada e assegurados o contraditório e a ampla defesa, pois somente a dissolução compulsória exige decisão judicial.

b) é inválida, pois tanto a suspensão das atividades quanto a dissolução compulsória dependem de decisão judicial, exigindo-se o trânsito em julgado apenas para a dissolução.

c) é inválida, pois a suspensão das atividades e a dissolução compulsória dependem de decisão judicial, exigindo-se o trânsito em julgado em ambos os casos.

d) é válida, pois a liberdade de manifestação do pensamento não ampara críticas ao governo, o que autoriza a interferência estatal no funcionamento da associação.

e) é inválida apenas quanto à dissolução, pois a suspensão das atividades pode ser determinada por ato administrativo sempre que houver risco à ordem pública.

63. Considere as duas situações a seguir. (I) Marcos, aprovado em concurso público para o cargo de Oficial Investigador de Polícia, teve a posse negada por ato do Secretário de Estado da Administração, sem qualquer motivação, embora possua documentos que comprovam o preenchimento de todos os requisitos do cargo. (II) Lúcia soube que um agente público pretende conduzi-la presa nos próximos dias, sem que haja situação de flagrante e sem ordem judicial. À luz da Constituição Federal de 1988, assinale a afirmativa correta.

a) No caso de Lúcia, o habeas corpus somente será cabível depois de efetivada a prisão, pois o remédio pressupõe restrição já consumada à liberdade de locomoção.

b) Lúcia somente poderá impetrar habeas corpus por meio de advogado e mediante o pagamento das custas judiciais.

c) Marcos pode impetrar habeas corpus, pois esse remédio protege qualquer direito violado por ilegalidade ou abuso de poder de autoridade pública.

d) Marcos pode impetrar mandado de segurança, pois busca proteger direito líquido e certo, não amparado por habeas corpus ou habeas data, violado por ato ilegal de autoridade pública.

e) Marcos somente poderá valer-se do mandado de segurança por intermédio de associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano.

64. Um Estado da Federação realizou concurso público para o cargo efetivo de Oficial Investigador de Polícia, e o edital fixou prazo de validade de dois anos. Considerando as regras da Constituição Federal de 1988 sobre a Administração Pública e os servidores públicos, assinale a afirmativa correta.

a) Durante o prazo de validade do concurso, o candidato nele aprovado deve ser convocado com prioridade sobre os aprovados em novo concurso realizado para o mesmo cargo.

b) O prazo de validade do concurso pode ser prorrogado sucessivas vezes, por iguais períodos, enquanto houver candidatos aprovados aguardando nomeação.

c) O investigador nomeado adquire estabilidade após dois anos de efetivo exercício, independentemente de avaliação de desempenho.

d) O investigador pode acumular o seu cargo com qualquer outro cargo público remunerado, bastando que haja compatibilidade de horários.

e) Os policiais civis podem exercer o direito de greve, desde que mantido em atividade um efetivo mínimo para o atendimento da população.

65. Em reunião de planejamento, a cúpula da segurança pública de um Estado discutiu a reestruturação dos órgãos responsáveis pela preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio. Durante o debate, foram apresentadas diversas propostas, que deveriam ser avaliadas à luz das normas da Constituição Federal de 1988 sobre segurança pública. Está de acordo com a Constituição Federal a seguinte afirmação:

a) A Constituição Estadual pode criar órgãos de segurança pública além dos previstos na Constituição Federal, desde que subordinados ao Governador do Estado e financiados com recursos próprios.

b) Às polícias civis incumbem, ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, inclusive as militares, quando o autor for civil.

c) A Polícia Civil tem competência exclusiva para a investigação de infrações penais no âmbito estadual, o que impede que outros órgãos, como o Ministério Público, conduzam investigações criminais próprias.

d) A direção da Polícia Civil pode ser confiada a bacharel em Direito de livre escolha do Governador, desde que aprovado pela Assembleia Legislativa, dispensada a condição de delegado de polícia de carreira.

e) As polícias civis e as polícias penais estaduais subordinam-se aos Governadores dos Estados, assim como as polícias militares e os corpos de bombeiros militares.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Rodrigo Bet

66. Sobrecarregado, o Delegado-Geral da Polícia Civil do Amapá edita portaria delegando a um delegado de sua confiança, que não lhe é subordinado, a decisão dos recursos administrativos interpostos contra penalidades aplicadas a servidores.

Considerando a Lei nº 9.784/1999, é correto afirmar que

a) a delegação exige subordinação hierárquica.

b) a decisão de recursos administrativos não pode ser delegada.

c) o ato de delegação só pode ser revogado ao fim do prazo fixado.

d) as decisões tomadas por delegação consideram-se editadas pelo delegante.

e) o ato de delegação dispensa publicação no meio oficial.

67. Um oficial investigador ocupante de chefia em comissão é exonerado por ato que declara, como motivo, a extinção da chefia. Dias depois, outra pessoa é nomeada para a mesma função.

Sobre o caso, é correto afirmar que

a) a exoneração de cargo em comissão exige processo administrativo prévio.

b) o motivo declarado é irrelevante, pois a exoneração ad nutum dispensa motivação.

c) a exoneração é válida, por ser ato discricionário insuscetível de controle.

d) o motivo declarado vincula o ato e, sendo falso, torna-o nulo.

e) o vício é de forma e admite convalidação.

68. Um homem preso em flagrante é morto por outro custodiado na cela de uma delegacia da Polícia Civil do Amapá. A família ajuíza ação de indenização contra o Estado.

Sobre a responsabilidade civil, é correto afirmar que

a) o Estado responde, pois descumpriu o dever específico de proteção do preso.

b) a responsabilidade é afastada por se tratar de fato de terceiro.

c) a família deve provar a culpa do agente de custódia.

d) a ação deve ser proposta contra o policial de plantão.

e) o Estado só responde se o autor for condenado criminalmente.

69. A Polícia Civil do Amapá planeja operação contra organização criminosa e classifica como reservadas as informações sobre a logística da ação, cuja divulgação poderia comprometer as investigações.

Nos termos da Lei nº 12.527/2011, é correto afirmar que

a) informação reservada fica sob sigilo por até quinze anos.

b) a informação classificada pode ter acesso restrito por prazo indeterminado.

c) informações sobre violação de direitos humanos por agentes públicos podem ser classificadas.

d) informações pessoais têm acesso restrito por até cinco anos.

e) o prazo máximo de restrição da informação reservada é de cinco anos.

70. Em investigação de homicídio, a Polícia Civil do Amapá cruza dados pessoais de suspeitos, como registros de localização e de chamadas telefônicas obtidos com autorização judicial.

Sobre a aplicação da LGPD, é correto afirmar que

a) o tratamento depende do consentimento dos investigados.

b) a LGPD se aplica integralmente ao tratamento para fins de investigação criminal.

c) a LGPD não se aplica ao tratamento feito exclusivamente para investigação criminal, que será regido por lei específica.

d) empresas privadas podem tratar livremente esses dados para fins de investigação.

e) os princípios gerais de proteção de dados não incidem nessa hipótese.

DIREITOS HUMANOS

Gessica Ehle

71. A Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 estabeleceu parâmetros protetivos universais para salvaguardar a integridade, a ampla defesa e a segurança dos indivíduos frente ao poder estatal. Em relação às disposições contidas nos Artigos 5º, 11 e 14 da DUDH, assinale a alternativa correta:

a) O direito de procurar e gozar asilo em outros países não pode ser invocado em caso de perseguição motivada por crimes comuns.

b) A presunção de inocência subsiste até o indiciamento formal do indivíduo pela autoridade policial.

c) A vedação da tortura admite mitigação extraordinária quando envolver suspeita de terrorismo internacional.

d) A imposição de pena mais grave do que a aplicável ao tempo da infração é permitida caso lei posterior seja mais rígida.

e) O direito de asilo é irrestrito e resguarda mesmo aqueles que praticaram atos contrários aos princípios da ONU.

72. O Convenção Americana sobre Direitos Humanos disciplina as garantias judiciais fundamentais aplicáveis a todo processo punitivo estatal. No que tange aos direitos processuais mínimos do acusado assegurados pelo diploma interamericano, assinale a alternativa correta:

a) O acusado tem o dever de prestar depoimento perante a autoridade judicial, não lhe assistindo o direito de permanecer em silêncio.

b) A assistência jurídica por parte de defensor público impõe-se de modo obrigatório, restando vedada a autodefesa.

c) A concessão de tradutor ou intérprete gratuito restringe-se a quem demonstrar prévia incapacidade financeira.

d) O processo penal deve ser público, salvo naquilo em que a publicidade possa prejudicar os interesses da justiça.

e) A confissão obtida mediante coação psicológica conserva validade desde que ratificada por outros elementos informativos.

73. A Convenção contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes (1984), incorporada pelo Decreto nº 40/1991, delineou um conceito normativo internacional estrito para o crime de tortura. De acordo com o Artigo 1º da referida convenção, assinale a alternativa correta:

a) A tortura exige necessariamente dor ou sofrimento físico, desconsiderando-se a imposição deliberada de abalos de ordem mental.

b) As dores ou sofrimentos decorrentes unicamente de sanções legítimas, inerentes ou incidentais a elas, não configuram tortura.

c) O crime de tortura prescinde de finalidade especial, caracterizando-se por qualquer ato lesivo culposo praticado por agente público.

d) A tortura tipificada no tratado independe de ação, instigação, consentimento ou aquiescência de autoridade ou funcionário público.

e) O conceito internacional de tortura abrange agressões perpetradas com qualquer propósito praticadas exclusivamente por particulares em litígios domésticos.

74. A Lei nº 13.060/2014 disciplina a atuação dos órgãos de segurança pública e impõe limites estritos ao emprego da força letal pelos policiais em serviço. No que tange à legitimidade do uso de arma de fogo segundo as disposições da referida lei, assinale a alternativa correta:

a) O disparo de arma de fogo é legítimo contra veículo que fura bloqueio policial na via pública, mesmo que a ação não traga risco a terceiros.

b) É legítimo o disparo de arma de fogo contra indivíduo em fuga desarmado se houver flagrante de crime contra o patrimônio.

c) O uso de arma de fogo contra pessoa em fuga desarmada e sem risco imediato de morte ou lesão a outrem não é considerado legítimo.

d) A lei veda terminantemente aos agentes públicos portar armas de fogo em patrulhamento ostensivo de rotina.

e) O emprego de instrumentos de menor potencial ofensivo é prioritário, inclusive quando colocar em risco evidente a vida do policial.

HISTÓRIA E GEOGRAFIA DO AMAPÁ

Sérgio Henrique

75. A criação do Território Federal do Amapá ocorreu em 13 de setembro de 1943, por Getúlio Vargas, no contexto da chamada 'Marcha para o Oeste' e no âmbito da política de segurança nacional sobre as fronteiras e foi desmembrado do estado do Pará. A exploração de manganês na Serra do Navio pela Indústria e Comércio de Minérios S.A. (ICOMI), a partir dos anos 1950, estruturou a economia e o território em torno da exportação mineral, com a Estrada de Ferro do Amapá ligando a mina ao porto de Santana.

Considerando a trajetória institucional e econômica do Amapá, é correto afirmar que:

a) a transformação do território federal em estado ocorreu por lei complementar de 1985, com instalação imediata no ano seguinte.

b) o Amapá tornou-se Estado Federado com a Constituição de 1988, mas sua instalação só se deu com a posse dos governadores eleitos em 1990.

c) a atividade mineral da ICOMI foi integralmente estatizada na década de 1970, eliminando a participação privada na economia amapaense.

d) o território federal do Amapá foi criado com área desmembrada exclusivamente do estado do Amazonas.

e) a economia amapaense, desde a criação do Território, assentou-se na agropecuária de exportação, com a mineração em papel secundário.

76. A Zona Costeira do Estado do Amapá (ZCEA) estende-se por cerca de 750 km, da foz do rio Oiapoque à foz do rio Jari, abrangendo 11 dos 16 municípios amapaenses: Oiapoque, Calçoene, Amapá, Pracuúba, Tartarugalzinho, Cutias, Itaubal, Macapá, Santana, Mazagão e Vitória do Jari. Essa faixa concentra a maior parte da população e das atividades produtivas do estado, com destaque para a criação de bovinos e búfalos e a pesca artesanal praticada por comunidades ribeirinhas, pescadores e agricultores. Nos últimos anos, o debate sobre a exploração de petróleo na Margem Equatorial, na Bacia da Foz do Amazonas, colocou o estado no centro da agenda energética nacional.

Sobre a geografia econômica e ambiental do Amapá, é correto afirmar que:

a) o interior é a porção mais povoada do estado e concentra a maior parte das atividades produtivas.

b) a Zona Costeira concentra a maior parte da população e do PIB estadual, e a exploração de petróleo na Margem Equatorial envolve poços em águas profundas, a centenas de quilômetros da costa, com licenciamento ambiental federal.

c) a exploração de petróleo na Margem Equatorial ocorreria em terra firme, próxima aos municípios de Oiapoque e Calçoene, dispensando licenciamento ambiental.

d) o Amapá é um dos maiores emissores de gases de efeito estufa do país, o que inviabiliza sua participação no debate sobre a Margem Equatorial.

e) no território amapaense predominam rochas sedimentares no continente e cristalinas no litoral, o que explica a presença de manganês e ferro nas planícies costeiras.

77. O Amapá ocupa o extremo norte do Brasil, com área de aproximadamente 142,8 mil km² dividida em 16 municípios. Faz fronteira com a Guiana Francesa ao norte e com o Suriname a noroeste, é banhado pelo Oceano Atlântico a leste e limita-se com o Pará ao sul e a oeste, sendo separado pelo rio Amazonas e pelo rio Jari. A fronteira com a Guiana Francesa é marcada pelo rio Oiapoque, ao longo de cerca de 360 km. Macapá, cortada pela linha do Equador, é a única capital brasileira com território nos dois hemisférios, e a única banhada pelo Rio Amazonas.

Sobre a organização territorial amapaense, assinale a alternativa correta:

a) o Amapá faz fronteira internacional com a Guiana Francesa e com o Suriname, e seu território é integralmente situado no hemisfério norte.

b) o Amapá faz fronteira internacional com a Guiana Francesa e com o Suriname, e Macapá é a única capital brasileira cortada pela linha do Equador, com área nos dois hemisférios.

c) o Amapá é composto por 14 municípios e sua fronteira norte é demarcada pelo rio Jari.

d) o Parque Nacional do Cabo Orange localiza-se na divisa leste da serra do Tumucumaque e possui estrutura consolidada de visitação.

e) a divisa do Amapá com o Pará é feita pelo rio Amazonas e Oiapoque.

LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL

Fábio Ramos

78. Acerca da estrutura da Polícia Civil do Estado do Amapá. Conforme a Lei Orgânica da Polícia Civil do Estado do Amapá. Considere as afirmativas a seguir:

I. A Polícia Civil compreende cinco categorias de órgãos, entre as quais os Órgãos Superiores de Deliberação Colegiada e os Órgãos de Direção Superior.

II. O Conselho Superior da Polícia Civil integra os Órgãos de Direção Superior, ao passo que as Câmaras Disciplinares compõem os Órgãos Superiores de Deliberação Colegiada.

III. Os Órgãos Superiores de Deliberação Colegiada são compostos pelo Conselho Superior da Polícia Civil e pelas Câmaras Disciplinares.

IV. Os Órgãos de Execução Programática integram os Órgãos Superiores de Deliberação Colegiada, ao lado do Conselho Superior da Polícia Civil e das Câmaras Disciplinares.

V. Integram a estrutura da Polícia Civil, entre outros, o Órgão de Formação e Capacitação Profissional e o Órgão de Assessoramento e Apoio Técnico-Administrativo.

Está correto apenas o que se afirma em

a) I e III.

b) I, III e V.

c) II, III e IV.

d) I, II, III e V.

e) III, IV e V.

79. Segundo a Lei nº 14.735/2023 (Lei Orgânica Nacional das Polícias Civis), no que se refere à Delegacia-Geral de Polícia Civil, verifica-se que

a) o Delegado-Geral de Polícia Civil é nomeado pelo governador e escolhido dentre os delegados de polícia em atividade, de qualquer classe do cargo.

b) o Delegado-Geral deve apresentar, até 60 (sessenta) dias após sua nomeação, planejamento estratégico de gestão.

c) a proposta de estrutura organizacional, com previsão de criação ou de extinção de unidades policiais, caso necessário, será implementada por decreto do governador.

d) o planejamento estratégico de gestão deve conter metas qualitativas e quantitativas de produtividade e de redução de índices de criminalidade, bem como programas de capacitação do efetivo.

e) o Delegado-Geral de Polícia Civil é nomeado pelo Secretário de Segurança Pública e escolhido dentre os delegados de polícia em atividade da classe mais elevada do cargo.

80. De acordo com a Lei nº 14.735/2023(Lei Orgânica Nacional das Polícias Civis), ao tratar das competências da polícia civil, verifica-se que

a) as atribuições relativas às competências da polícia civil podem ser exercidas por policiais civis em atividade ou aposentados, desde que expressamente designados pela autoridade competente.

b) cabe à polícia civil garantir a preservação dos locais de ocorrência da infração penal e controlar o acesso de pessoas a eles, com exclusão da atuação de outros órgãos policiais nas situações de flagrante delito.

c) compete à polícia civil custodiar o policial civil condenado ou preso provisório à disposição da autoridade competente, na hipótese de ausência de unidade de custódia de caráter exclusivo, por meio de órgão próprio e na forma da lei.

d) incumbe à polícia civil organizar e executar a atividade pericial oficial e produzir laudo de exame pericial, independentemente de o órgão central de perícia oficial de natureza criminal estar integrado em sua estrutura.

e) é admitida a celebração de convênios e acordos de cooperação técnica apenas com órgãos ou entidades públicas nacionais, vedada a participação de entidades privadas ou estrangeiras.

REDAÇÃO

Texto I

A engenharia social é uma técnica por meio da qual uma pessoa procura persuadir outra a executar determinadas ações por má-fé. Golpistas a utilizam para explorar a confiança, a ingenuidade, a ganância, a vaidade ou a boa-fé de outras pessoas, a fim de aplicar golpes ou obter informações sigilosas. Um exemplo comum é o "phishing": mensagens que imitam a comunicação oficial de bancos e empresas para induzir a vítima a clicar em links falsos e informar dados pessoais e financeiros.

(Adaptado da Cartilha de Segurança para Internet – CERT.br)

Texto II

A Política Nacional de Segurança da Informação busca "assegurar a disponibilidade, a integridade, a confidencialidade e a autenticidade da informação a nível nacional" e abrange a segurança cibernética, a defesa cibernética, a segurança física e a proteção de dados organizacionais.

(Adaptado do Decreto nº 9.637/2018)

A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija um texto dissertativo-argumentativo, em norma-padrão da língua portuguesa, sobre o seguinte tema:

GOLPES DIGITAIS E ENGENHARIA SOCIAL: O FATOR HUMANO COMO DESAFIO DA SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO NO BRASIL

Extensão: mínimo de 25 e máximo de 30 linhas.

Folha de Resposta	
01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado. Sua opinião é muito importante para nós!

https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

http://estrategi.ac/assinaturas

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

http://estrategi.ac/ok1zt0